

HABEAS CORPUS Nº 515.155 - SP (2019/0167373-9)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : LUIZ FERNANDO MARQUES GOMES DE OLIVEIRA
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO MARQUES GOMES DE OLIVEIRA -
SP242824
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ARIVALDO VICENTE SOTO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ARIVALDO VICENTE SOTO apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação Criminal n. 3000984-17.2013.8.26.034).

Consta dos autos que o paciente foi condenado às penas de 3 anos e 6 meses de reclusão, em regime semiaberto, e 11 dias-multa, pela prática do crime do art. 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei n. 10.826/2003.

De acordo com o relatório da sentença condenatória, o paciente estaria promovendo o tráfico de drogas e guardando entorpecentes, na residência da sua então namorada. Munida com mandado de busca e apreensão, a polícia logrou apreender: 1 pistola calibre .380, com numeração suprimida, municiada com 19 cartuchos; 198 munições calibre .380 e 1 cartucho deflagrado do mesmo calibre; 5 cartuchos calibre .357 e um coldre (e-STJ fls. 17/18).

A apelação criminal interposta pela defesa foi desprovida.

No presente *writ*, o impetrante alega constrangimento ilegal na fixação da pena-base, uma vez que foram considerados desfavoráveis os antecedentes e a conduta social do agente com base em condenações atingidas pelo período depurador especificado no inciso I do art. 64 do Código Penal. Argumenta que se trata de agente primário e invoca ofensa à Súmula n. 444/STJ e ao princípio constitucional da não culpabilidade. Por consequência, pede o abrandamento do regime de cumprimento de pena.

Assim, requer, liminarmente, a expedição de contramandado de prisão, até o julgamento do mérito do presente *habeas corpus*. No mérito, pede o redimensionamento das penas e a fixação do regime aberto.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal de Justiça, ressaltando-se que deverá noticiar a esta Corte qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta irresignação.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator